

BRASIL

EXCLUSÃO SOCIAL

Representantes de povos indígenas do Sul do país denunciam morte de 12 colegas em conflitos de terra e exigem demarcação de territórios

Índios acampam à espera de audiência com Lula

ULLISSES CAMPBELL
DA EQUIPE DO CORREIO

Nos primeiros seis meses deste ano, 12 índios foram assassinados no país em conflitos de terra. Os povos indígenas reclamam que a violência é resultado da falta de iniciativa na demarcação de seus territórios tradicionais. Por conta disso, o governo Luiz Inácio Lula da Silva já foi denunciado duas vezes a organismos das Nações Unidas. Nesta semana, índios dos três estados da região Sul decidiram acampar em frente ao Ministério da Justiça para protestar. Eles prometem ficar até serem recebidos pelo presidente da República.

"O governo Lula não tem política indigenista. E nós queremos que essa política seja feita ouvindo os caciques nas aldeias. Não queremos que nos façam engolir leis goela abaixo, como em outros governos", afirma o kaingang Idalino Fernandes, cacique da área Toldo Chimbangue, de Santa Catarina.

Os índios avá-canoeiro, do extremo norte de Goiás, também resolveram protestar. Desde segunda-feira, eles interditaram as estradas que dão acesso às usinas hidrelétricas de Furnas e da Tracktebel, ambas em terras indígenas. Com isso, a construção da quarta linha de transmissão de Furnas está interrompida.

Segundo os índios, as duas empresas não cumpriram com o acordo de beneficiar a aldeia com programas sociais nas áreas de educação e saúde. O chefe do posto indígena de Avá-canoeiro, Walter Sanches, disse que o protesto é por tempo indeterminado. "Nós já pedimos que a construção das duas hidrelétricas seja embargada por descumprimento de acordos firmados com a Funai", disse o coordenador do Programa Avá-Canoeiro, Luciano Alves Pequeno.

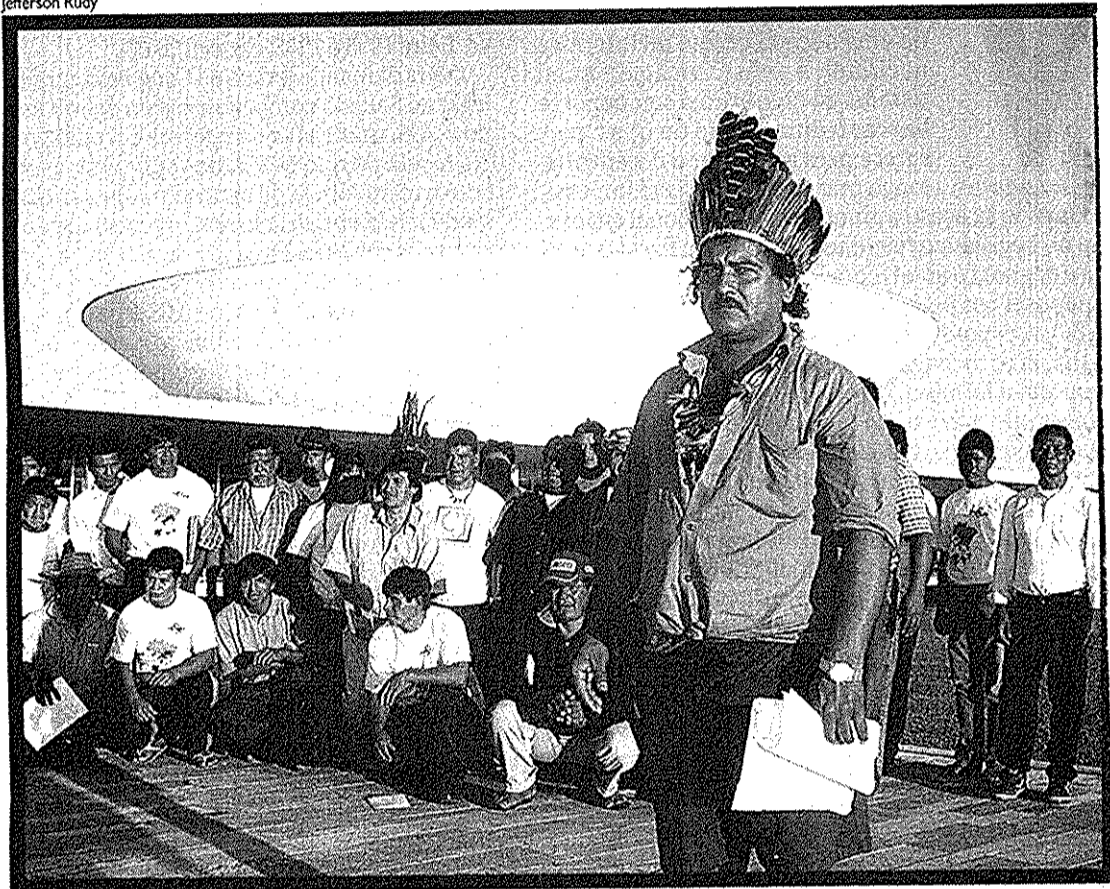
Assassinatos

No entanto, o que mais preocupa as nações indígenas são as mortes. Dois kaingang foram assassinados neste ano. Orides Belino da Silva, 47 anos, foi morto com dois tiros de espingarda quando chegava em casa. Ele era vice-prefeito de Ipuacu (SC) e cacique da área Chapecó. Em 6 de janeiro, foi assassinado Leopoldo Crespo, de 77 anos, da reserva Guarita, em Redentora (RS). Leopoldo não está na lista dos mortos por causa de conflitos de terras, foi assassinado a chutes e pedradas por adolescentes em Miraguai (RS), onde fora receber a aposentadoria.

No início do ano, o Conselho Indígena de Roraima levou à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, um dossiê intitulado *Povos Indígenas no Brasil: violações à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Em maio, a socióloga Azelene Kaingang, presidente do Warã Instituto Indígena Brasileiro, denunciou o governo brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU).

As duas organizações não-governamentais, que participaram em todas as campanhas para a eleição de Lula, esperam que o governo acorde para a questão indígena. "Esperamos a demarcação da área makuxi Raposa Serra do Sol, em Roraima, como sinalização de que o governo vai começar a agir a favor dos índios", afirma Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA). A Raposa é uma das áreas de maior conflito no país, onde houve o primeiro assassinato de índios neste ano. Em janeiro, Aldo da Silva Mota, 52 anos, foi encontrado morto na fazenda de inimigos dos makuxi.

Jefferson Rudy



O CACIQUE IDALINO FERNANDES LIDERA PROTESTO EM FRENTE AO CONGRESSO: "LULA NÃO TEM POLÍTICA INDIGENISTA"

ENTREVISTA// RIGOBERTA MENCHÚ

"Índigenas são obrigados a não existir"

GUAÍRA ÍNDIA FLOR
DA EQUIPE DO CORREIO

Ela viu o pai ser queimado vivo. Teve a mãe seqüestrada, assassinada e devorada por animais. No entanto, nem mesmo essas lembranças amargas são capazes de acabar com o bom humor da prêmio nobel da paz de 1992, Rigoberta Menchú, 44 anos. O trabalho na Organização das Nações Unidas pela valorização das comunidades indígenas lhe fornece a alegria necessária para viver. Cada pequena vitória é um remédio para as feridas do passado. Por ser mulher e maia, a ex-empregada doméstica nascida na Guatemala enfrentou todos os tipos de preconceito. Foi exilada, menosprezada, perseguida. E mesmo assim dedicou todo o tempo disponível para lutar pelos irmãos indígenas. Em entrevista ao Correio, Menchú fala sobre a dificuldade de ter acesso à realidade das tribos brasileiras e dos problemas da demarcação de terras no país.

CORREIO BRAZILIENSE — O que a senhora acha da política indigenista do Brasil?



RIGOBERTA MENCHÚ — O Brasil tem algumas das melhores leis com relação aos povos indígenas. No entanto, na prática, elas não são aplicadas. Os povos indígenas estão completamente isolados e não têm uma voz real. Alguns dos problemas são históricos. Eles foram despojados da terra, tiveram a possibilidade de desenvolvimento econômico eliminada...

CORREIO — Os índios brasileiros denunciaram o governo Lula na ONU por causa da demarcação de terras. Como a senhora enxerga essa situação?

MENCHÚ — No Brasil, os índios são obrigados a não existir. Estão condenados ao silêncio. Exigimos que os povos indígenas tenham o respeito de todos os cidadãos. Todos os cidadãos devem saber que eles são parte de seu povo, merecem todo o

respeito e devem ter participação em todos os setores da vida pública. Especialmente nos assuntos da terra e do desenvolvimento. Mas é claro que não pode haver real desenvolvimento para os povos indígenas, sem a participação dos povos indígenas. Eles precisam ser ouvidos.

CORREIO — Qual a maior dificuldade da ONU para ajudar os povos indígenas do Brasil?

MENCHÚ — No passado, foi muito difícil manter contato com os povos indígenas brasileiros. Eu pedia informações, escrevia muitas cartas, pedia oportunidade de vir ao país conhecer os problemas. Mas isso não foi possível. Muitas das instituições do Estado não queriam nos mostrar os problemas dos povos indígenas. Espero que agora, neste novo governo, haja abertura para que nós tenhamos acesso a esses dados.

CORREIO — É possível preservar a cultura indígena em um mundo globalizado?

MENCHÚ — Eu não creio em globalização se não globalizarmos a justiça, o respeito aos direitos humanos, as oportunidades iguais para todas as pessoas pobres. Eu não creio em uma globalização que produz pobres. Eu creio em uma globalização se ela der ensino para todos.